

RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.605 - MG (2016/0074666-6)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **ANTÔNIO DE FARIA MONTI**
ADVOGADOS : **MICHELE CRISTINA FELIPE**
CARLA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA - MG105190
RECORRIDO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ANTÔNIO DE FARIA MONTI, fundamentado na alínea c do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. DECADÊNCIA. INEXISTÊNCIA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. PROSSEGUIMENTO NO JULGAMENTO DO FEITO. QUESTÃO DE DIREITO. ART. 515, § 3º DO CPC. INCLUSÃO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA NOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE CÁLCULO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O prazo decadencial para a revisão do cálculo da renda mensal inicial de benefício previdenciário, previsto na nova redação do art. 103 da Lei 8.213/91, não se aplica aos benefícios concedidos antes da edição da Lei 9.528/97. Decadência afastada. Precedente do STJ.

2. Possibilidade de apreciação direta do mérito pelo tribunal, a teor da interpretação sistemática do § 3º, do art. 515, do CPC, na medida em que a causa se encontra em condições de julgamento imediato. Precedentes do STJ.

3. Mesmo no período anterior às alterações promovidas pela Lei 8.870/94 nos art. 28, § 7º da Lei 8.212/91 e 29, § 3º da Lei 8.213/91 a gratificação natalina (13º salário) não era considerada salário de contribuição para fins de apuração do salário de benefício, eis que referidos dispositivos legais em sua redação primitiva, ao previrem a incidência da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina, apenas disciplinavam regra de incidência tributária, sem garantir, todavia, a sua repercussão sobre o valor inicial dos benefícios previdenciários.

4. Apelação a que se dá parcial provimento para anular a sentença e, prosseguindo no julgamento do feito (art. 515, § 3º, do Código de Processo Civil, julgar o pedido improcedente" (fl. 127e).

Superior Tribunal de Justiça

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535, I E II, DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM CONSONÂNCIA COM A CONSOLIDADA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTA CORTE. DECLARATÓRIOS NÃO ACOLHIDOS.

I - Não existe omissão, contradição e/ou obscuridade no acórdão impugnado a ser sanada em embargos de declaração, de vez que o decisum apreciou, fundamentadamente, por completo e de modo coerente, todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, dando-lhes solução jurídica diversa da pretendida pela embargante.

II - Com efeito, os embargos de declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

III - Mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração devem se ajustar a uma das hipóteses previstas no art. 535 do CPC.

IV - Embargos de declaração rejeitados" (fl.137e) .

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, violação aos arts 29, § 3º, da Lei 8.213/91 e 28, § 7º, da Lei 8.212/91. Sustenta a parte recorrente, o seguinte:

"O acórdão recorrido merece ser revisto, eis que prolatado:

1. com contrariedade e negativa de vigência de lei federal Consoante a exigência contida no inc. III do art. 541 do CPC, o Recorrente tem interesse em recorrer, formulando o pedido expresso da alteração pretendida nos termos seguintes:

ANALISANDO-SE O ACÓRDÃO RECORRIDO, OBSERVA-SE QUE O MESMO ALÉM DE CONTRARIAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS, NEGA VIGÊNCIA AO § 3º DO ART. 29 DA LEI 8.213/91, EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL E AO § 7º DO ART. 28 DA LEI 8.212/91 E DO § 3º DO ART. 29 DA LEI 8.213/91 PELA LEI 8.870/94.

O décimo terceiro salário tem tributação previdenciária e integra a base de cálculo da contribuição previdenciária.

Superior Tribunal de Justiça

A lei de custeio da Seguridade Social determina que o salário-contribuição seja composto pela remuneração do segurado. **A legislação estabelece que quaisquer valores dotados de natureza remuneratória, em regra integrarão o salário de contribuição. A gratificação natalina é uma dessas parcelas, sendo expressamente prevista como integrante do salário-de-contribuição.**

A redação original do § 3º do art. 29 da Lei 8.213/91 estabelecia que fossem considerados para cálculo do salário de benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda Torrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuição previdenciária, ou seja, valores que integram o salário-de-contribuição, dentre esses, reiterando a gratificação natalina.

Assim, resta claro que o décimo terceiro salário tinha que compor a base de cálculo do salário de benefício. No mesmo sentido, o art. 28, § 7º da Lei 8.212/91, em sua redação original estabelecia que o 13º salário (gratificação natalina) integra o salário-de-contribuição.

Ademais, a alteração do § 7º do art. 28 da Lei 8.212/91 e do § 3º do art. 29 da Lei 8.213/91 com a redação dada pela Lei 8.870/94 não afasta a gratificação natalina do Período Básico de Cálculo, uma vez que existindo a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração, deve haver uma contrapartida sob pena de afrontar a ordem tributária; descaracterizando a exação como vinculada a uma prestação estatal. Se assim, não se realizar, não deverá incidir a contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina.

Por fim, entender cabíveis as modificações do § 7º do art. 28 da Lei 8.212/91 e do § 3º do art. 29 da Lei 8.213/91, na redação da Lei 8.870/91 é permitir que o produto da arrecadação das contribuições sociais não seja revertido ao adimplemento da aposentadoria do segurado contribuinte é gerar enriquecimento do ente público e tributo com efeito de confisco que é proibido pela CRFB" (fls. 140/144e).

Por fim requer que "conheçam o presente Recurso e, seja dado provimento ao mesmo, reformando o Acórdão recorrido, para o fim de garantir a aplicação do direito positivo na sua exatidão, ou seja, o respeito pela lei federal citada, e, seja concedido o pleito requerido na petição inicial" (fl. 143e).

Sem contrarrazões, o Recurso foi admitido na origem (fl. 169e).

Superior Tribunal de Justiça

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, quanto à questão de inclusão do décimo terceiro salário no cálculo da RMI, assim fundamentou o acórdão recorrido:

"Cuida-se de apelação da parte autora contra **sentença que extinguiu o processo com resolução do mérito sob o fundamento da decadência** do direito da parte autora de pleitear a revisão de seu benefício.

A sentença condenou a parte autora, ainda, ao pagamento de custas e honorários advocatícios, deixando a cobrança sobrestada por força da assistência judiciária gratuita.

Em apelação que alega a imprescritibilidade do direito de revisão dos benefícios previdenciários e pugna pelo prosseguimento do feito, alegando a procedência da inclusão no período básico de cálculo (PBC) dos valores percebidos a título de gratificação natalina no cálculo de sua renda mensal inicial.

Após o prazo para contrarrazões subiram os autos a esta Corte.

É o relatório.

DECADÊNCIA VOTO

Tenho que assiste razão à apelante em relação à decadência.

Com efeito, **cumprе registrar que não se aplica ao presente caso o art. 103 da Lei 8.213/91, pois, a decadência é instituto de direito material e a Lei 9.528/97 não previu a retroação de seus efeitos**. Sendo assim, a norma somente tem incidência quanto aos benefícios previdenciários concedidos após o advento da referida Lei 9.528/97.

Embora algumas turmas do STJ estejam adotando o prazo decadencial decenal, tal entendimento não é pacífico unânime. Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1218954/PR, Rel. Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, julgado em 17/03/2011, DJe 04/04/2011

PROSSEGUIMENTO NO JULGAMENTO DO FEITO

É o caso, portanto, de anulação da sentença. No entanto, com fulcro no disposto pelo § 3º, do art. 515, do Código de Processo Civil, acrescentado pela Lei nº 10.352/01, promovo a este Tribunal a apreciação direta do mérito, posto que a causa se encontra em condições de imediato julgamento.

Cinge-se a controvérsia à pretensão da apelante de ver incluídas as parcelas referentes a gratificações natalinas no cálculo dos salários-de-contribuição, nos meses que integram o período básico de

Superior Tribunal de Justiça

cálculo de seu benefício.

É cediço que sob o aspecto tributário o **Superior Tribunal de Justiça** firmou posição no sentido de que após o advento do artigo 7º da Lei 8.620/93, alterou-se a situação ligada à incidência de contribuição previdenciária, de modo que passou a se justificar a incidência em separado para a gratificação natalina. No período anterior, todavia, por força do disposto no § 7º do artigo 28 da Lei 8.212/91, a incidência deveria ocorrer sobre a soma da remuneração de dezembro mais gratificação natalina. Nesse sentido:

(...)

Não se pode ignorar, outrossim, que na redação original das Leis 8.212/91 e 8.213/91, estabeleciam respectivamente seus artigos 28, § 7º, e 29, § 3º:

Art. 28. § 7º. O 13º (décimo terceiro) salário (gratificação natalina) integra o salário - de -contribuição, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 29. § 3º. Serão considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuição previdenciária.

A Lei 8.870, de 15/04/1994, modificou o § 7º do artigo 28 da Lei 8.213/91 e o § 3º do art. 29 da Lei 8.213/91, que ficaram assim redigidos respectivamente:

Art. 28. § 7º. O **décimo-terceiro** salário (gratificação natalina) integra o salário-de-contribuição, **exceto para o cálculo de benefício**, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 29. §3º. Serão considerados para o cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, **exceto o décimo-terceiro salário** (gratificação natalina).

Tenho que as alterações legislativas ocorridas em nada interferiram com a forma de cálculo da renda mensal inicial dos benefícios

previdenciários, pois não há razão para se confundir regra de incidência, matéria tributária, com questão ligada ao cálculo da renda mensal inicial, que tem natureza exclusivamente previdenciária.

Com efeito, **para fins previdenciários, no que tange ao 13º salário, mesmo antes das modificações promovidas pela Lei 8.870/94, quando a legislação não previa expressamente sua desconsideração, esta exclusão decorria da lógica do sistema.** Vejamos:

Como o titular de benefício previdenciário tem direito à gratificação natalina, que é um rendimento adicional, **não se justifica a inclusão do 13º salário dentre os salários-de-contribuição considerados no cálculo de seu salário-de-benefício, até porque o ano é composto de doze meses.** A incidência da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina se justifica porque aos benefícios em manutenção também há pagamento de gratificação natalina; não constitui ela, todavia, acréscimo à remuneração de dezembro (até porque diz respeito a todo o período aquisitivo anual) ou muito menos uma competência específica que possa ser computada como salário-de-contribuição para fins de cálculo de renda mensal inicial de benefício previdenciário. Não há razão, assim, para que a gratificação natalina seja somada à remuneração de dezembro para fins de apuração do salário-de-contribuição do referido mês, como pretendido pelos demandantes (o que, a propósito, foi expressamente vedado a partir de 1993, em razão do advento da Lei 8.620/93), ou mesmo para que a gratificação natalina, separadamente, seja considerada como salário-de-contribuição integrante do período básico de cálculo.

Invoco, a propósito, precedente recente deste Tribunal:

(...)

Ante o exposto, **dou parcial provimento à apelação para afastar a decadência; e, prosseguindo no julgamento, julgo o pedido improcedente.**

Condeno a parte autora ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, suspensa cobrança, nos termos do art. 12, da Lei 1.060/50, por ser ela beneficiária da assistência judiciária gratuita" (fls. 121/128e).

No âmbito do julgamento dos Embargos de Declaração, asseverou, ainda:

"1. Trata-se de embargos de declaração opostos pelo INSS em face de acórdão proferido por esta Primeira Turma, alegando a existência

Superior Tribunal de Justiça

de vício processual no julgado.

2. É o sucinto relatório.

(...)

No caso vertente **não houve o vício processual alegado. Com efeito, a questão foi devidamente apreciada.** Na verdade, o embargante quer rediscutir a causa, dando, assim, efeitos infringentes aos presentes embargos de declaração.

Não se prestam os embargos para: a) rever a decisão anterior; b) corrigir os fundamentos da decisão; c) instaurar uma nova discussão; d) corrigir apreciação de prova; e) apreciar questão nova; f) que o órgão julgador proceda ao reexame da questão e dê um novo pronunciamento, com a mudança do resultado final do julgamento.

Ainda, não se prestam para corrigir eventual desacordo do acórdão em relação à orientação jurisprudencial de um tribunal ou para questionar o entendimento formado pelo relator.

Eventual reforma do decisum deve ser buscada pela via recursal própria.

Os embargos de declaração são opostos com a finalidade de prequestionamento quando há uma impossibilidade para o conhecimento dos recursos especial ou extraordinário, uma vez que o vício do acórdão não permite que os tribunais superiores possam analisar a matéria por não ficar demonstrado o que, na verdade, foi decidido.

Exige o Superior Tribunal de Justiça o prequestionamento da matéria conduzida à sua apreciação. Busca-se, dessa forma, impedir a análise de questão de direito não previamente discutida. Para tanto, não é necessária expressa menção dos dispositivos legais tidos como violados no voto condutor do acórdão impugnado. Basta a discussão da matéria tratada nesses dispositivos. Em semelhante sentido, transcrevo a seguinte ementa:

(...)

O juiz, portanto, não é obrigado a examinar, um a um, os fundamentos apresentados pelas partes ou suas alegações. O que tem de haver é o fundamento de sua conclusão, ou seja, o que formou sua convicção ao decidir (precedente: STF, RE 97.558-6/GO, relator o Ministro Oscar Corrêa).

Não obstante, verifico que, a pretexto da existência de vícios no v. acórdão, pretende o embargante a reforma do julgado, o que, pela via eleita, só é possível se decorrer do suprimimento da omissão ou da supressão da obscuridade ou contradição que acaso lhe deram motivo, não sendo, portanto, o presente recurso meio próprio para o

reajulgamento da lide por mero inconformismo.

O acórdão possui motivos suficientes para fundamentar a decisão, consignando-se claramente o entendimento sobre os assuntos expressamente abordados, em sintonia com a jurisprudência sobre a matéria.

Ademais, 'o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, se encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão' (STJ, AgRg no Ag 656.919/SP, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe de 20/8/2008).

Na espécie, a matéria foi devidamente analisada e debatida por ocasião do julgamento, sempre a partir de fundamentação criteriosa e suficiente, prescindindo, portanto, o v. acórdão de qualquer complementação ou retificação. Saliente-se finalmente que, mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração devem se enquadrar em uma das hipóteses previstas no art. 535 do CPC.

2. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração" (fls. 133/137e).

Não obstante, as razões do recorrente, verifica-se, que a alegação de que "o décimo terceiro salário tem tributação previdenciária e integra a base de cálculo da contribuição previdenciária". E que "a lei de custeio da Seguridade Social determina que o salário-contribuição seja composto pela remuneração do segurado. A legislação estabelece que quaisquer valores dotados de natureza remuneratória, em regra integrarão o salário de contribuição. A gratificação natalina é uma dessas parcelas, sendo expressamente prevista como integrante do salário-de-contribuição". E, ainda, que "entender cabíveis as modificações do § 7º do art. 28 da Lei 8.212/91 e do § 3º do art. 29 da Lei 8.213/91, na redação da Lei 8.870/91 é permitir que o produto da arrecadação das contribuições sociais não seja revertido ao adimplemento da aposentadoria do segurado contribuinte é gerar enriquecimento do ente público e tributo com efeito de confisco que é proibido pela CRFB" (fl. 143e), não foi objeto de discussão no Tribunal de origem e, apesar da oposição de Embargos de Declaração, a questão sob esse enfoque, não foi analisada. Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento, nos termos da **Súmula 211/STJ**.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. NOVO CPC. NÃO APLICAÇÃO AO CASO DOS AUTOS. **AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211.** MULTA APLICADA POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL A GESTOR MUNICIPAL. RECEITA DO ENTE FEDERATIVO A QUE SE VINCULA O ÓRGÃO SANCIONADOR. LEGITIMIDADE DO ESTADO PARA AJUIZAR A COBRANÇA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVADA.

(...)

3. O insurgente alegou violação do art. 38 da Lei 8.666/93. **No entanto, percebe-se que o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor acerca do referido dispositivo legal.**

4. **O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.**

(...)

8. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 926.189/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2016).

Desse modo, em não havendo sido apreciada as alegações suscitadas, mesmo após a parte ter oposto Embargos Declaratórios, no Tribunal de origem, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1.022 do CPC/2015, e, não, insistir na tese recursal, tal como ocorreu na hipótese.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 66, 67 E 71 DA CLT. **AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211 DO STJ.** APLICAÇÃO DA REGRA PREVISTA NO ART. 1.025 DO CPC/2015. PREQUESTIONAMENTO FICTO. INVIABILIDADE. REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. FUNDAMENTAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Extrai-se do acórdão recorrido que os dispositivos legais apontados como violados e as matérias a eles correlatas não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, nem sequer implicitamente. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado. Aplicação do óbice fundado na Súmula 211 do STJ.

2. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente no sentido de que 'a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei' (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 10/4/2017).

3. Ainda que superada essa premissa, verifica-se que o acórdão recorrido está assentado em fundamento constitucional, circunstância que inviabiliza a análise da controvérsia na via especial, sob pena de usurpar-se a competência do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1631358/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

Noutro giro, do exame do excerto supratranscrito, verifica-se que o Tribunal **a quo** asseverou que "sob o aspecto tributário o Superior Tribunal de Justiça firmou posição no sentido de que após o advento do artigo 7º da Lei 8.620/93, alterou-se a situação ligada à incidência de contribuição previdenciária, de modo que passou a se justificar a incidência em separado para a gratificação natalina. No período anterior, todavia, por força do disposto no § 7º do artigo 28 da Lei 8.212/91, a incidência deveria ocorrer sobre a soma da remuneração de dezembro mais gratificação natalina" (122e). E que "as alterações legislativas ocorridas em nada interferiram com a forma de cálculo da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários, pois não há razão para se confundir regra de incidência, matéria tributária, com questão ligada ao cálculo da renda mensal inicial, que tem natureza exclusivamente previdenciária". E que "para fins previdenciários, no que tange ao 13º salário, mesmo antes das modificações promovidas pela Lei 8.870/94, quando a legislação não previa expressamente sua desconsideração, esta exclusão decorria da lógica do sistema". Por fim que "como o titular de benefício previdenciário tem direito à gratificação natalina, que é um

rendimento adicional, não se justifica a inclusão do 13º salário dentre os salários-de-contribuição considerados no cálculo de seu salário-de-benefício, até porque o ano é composto de doze meses. A incidência da contribuição previdenciária sobre a gratificação natalina se justifica porque aos benefícios em manutenção também há pagamento de gratificação natalina; não constitui ela, todavia, acréscimo à remuneração de dezembro (até porque diz respeito a todo o período aquisitivo anual) ou muito menos uma competência específica que possa ser computada como salário-de-contribuição para fins de cálculo de renda mensal inicial de benefício previdenciário. Não há razão, assim, para que a gratificação natalina seja somada à remuneração de dezembro para fins de apuração do salário-de-contribuição do referido mês, como pretendido pelos demandantes (o que, a propósito, foi expressamente vedado a partir de 1993, em razão do advento da Lei 8.620/93), ou mesmo para que a gratificação natalina, separadamente, seja considerada como salário-de-contribuição integrante do período básico de cálculo" (fls. 122/123e).

O recorrente, no entanto, no Recurso Especial, não cuidou de impugnar o acórdão quanto à afirmação acima demonstrada.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Logo, sendo o fundamento suficiente para manter o julgado, fica inviabilizado o Recurso. A esse respeito, aplicável, por analogia, a **Súmula 283/STF**, que assim dispõe:

"É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES".

Ademais, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da parte recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, **impugnando os fundamentos da decisão recorrida**, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório. Não basta repetir as razões já expendidas, seja na petição inicial, seja no recurso anterior, ou limitar-se a infirmar, genericamente, o **decisum**. **É preciso que o Recurso Especial impugne, dialogue, combata, enfim, demonstre o desacerto do que restou decidido.**

A propósito, a lição de NÉLSON NERY JR (in *Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos*, 2ª ed., Revista dos Tribunais, p. 154), **in verbis**:

"Entendemos que a exposição dos motivos de fato e de direito que

Superior Tribunal de Justiça

ensejaram a interposição do recurso e o pedido de nova decisão em sentido contrário à recorrida, são requisitos essenciais e, portanto, obrigatórios. A inexistência das razões ou de pedido de nova decisão acarreta juízo de admissibilidade negativo: o recurso não é conhecido. (...) Vige, no tocante aos recursos, o princípio da dialeticidade (...). Segundo esse princípio, o recurso deverá ser dialético, discursivo. O recorrente deverá declinar o porque do pedido de reexame da decisão. (...) O procedimento recursal é semelhante ao inaugural de uma ação civil. A petição de recurso é assemelhável à peça inaugural, devendo, pois, conter os fundamentos de fato e de direito e o pedido. Tanto é assim, que já se afirmou ser causa de inépcia a interposição de recurso sem motivação. (...) O recurso se compõe de duas partes distintas sob o aspecto de conteúdo: a) declaração expressa sobre a insatisfação com a decisão (elemento volitivo); b) os motivos dessa insatisfação (elemento de razão ou descritivo). Sem a vontade de recorrer não há recurso. Essa vontade deve manifestar-se de forma inequívoca, sob pena de não conhecimento. **Não basta somente a vontade de recorrer, sendo imprescindível a dedução das razões (descrição) pelas quais se pede novo pronunciamento jurisdicional sobre a questão objeto do recurso. As razões do recurso são elemento indispensável para que o tribunal, ao qual se o dirige, possa julgá-lo, ponderando-as em confronto com os motivos da decisão recorrida que lhe embasaram a parte dispositiva".**

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora